

Rumo à construção coletiva

EDUCAFRO

do

Projeto
político
pedagógico

Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes

EDUCAFRO

Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes

**Rumo à construção coletiva
do Projeto Político Pedagógico - Educafro**

São Paulo
2009

Sumário

1. Introdução	5
2. Quem Somos?	7
3. Missão	10
4. Objetivos	11
5. Projeto Político Pedagógico Educafro: seus desafios	13
6. Os três “P”, ou etapas para construção de um PPP	15
6.1 Primeiro “P” = Projeto	15
6.2 Segundo “P” = Político	16
6.3 Terceiro “P” = Pedagógico	21
7. Algumas questões para ajudar a notar nosso PPP	23
8. Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia Social	27
9. PPP Educafro: um Projeto Político que nasce da Luta dos Direitos	39
10. Conclusão	71
11. Referências Bibliográficas	73

1. Introdução

Este texto em forma de um pequeno livreto tem por objetivo fornecer elementos a todos os professores, coordenadores, alunos e outros solidários que constituem a rede Educafro ou estão chegando ao projeto a pouco tempo.

Nossa meta é dar continuidade à construção do PPP Educafro, cujo período mais forte de produção foi 2007 e 2008, com os “Encontros de Formação pedagógica” e as visitas aos núcleos, envolvendo muitos, num processo amplo de discussão. Nesta nova etapa vamos formar vários momentos de debates como o acontecido no dia 17 de maio de 2009, dentro da reunião dos professores da Educafro, com a assessoria do Dr Roberto Silva pós doutor da USP para a área de “Pedagogia Social”. Uma das missões centrais desta nova fase é fazer acontecer o diálogo da “Pedagogia Social” com a “Etnopedagogia”. e estas irão propiciar muitos debates ao longo dos próximos dois anos, fazendo emergir o PPP que nos alimentou até aqui e projetando o PPP que irá dar rumo à nossa caminhada. Será uma construção em mutirão do PPP ideal que irá alimentar a vida da Educafro nos próximos 10 anos.

Saber quem somos, o rosto da pedagogia que adotamos e o que realizamos em prol do povo afro e demais pobres é base

para revermos nossa prática e planejarmos nosso futuro. Detectar os nossos erros e planejar novas metas vão consolidar a construção do Projeto Político Pedagógico ideal para esta nova fase do Brasil. Como a “Pedagogia Social” e a “Etnopedagogia” pode iluminar a “Franquia Social Educafro” que será retomada nos próximos anos? Cada um de nós somos convocados a aprofundar estes desafios.

Todo o trabalho desenvolvido e a produção realizada nestes últimos dois anos pela equipe pedagógica coordenada pelo Prof^o Adriano serão importantes para fundamentar este novo processo de produção do PPP da Educafro. Todo o material continuará disponibilizado no site para a consulta de todos os núcleos, como já ocorre.

A equipe que trabalhou voluntariamente para a elaboração deste texto inicial é composta por Prof. Dr. Roberto da Silva, Professor Livre Docente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Prof Ivan Cláudio Pereira Siqueira, Graduado e Mestre em Letras – USP, Doutorando em Letras – USP, Professor e Ativista do Movimento Negro, Prof. Lourenço Cardoso, historiador pela PUC-SP e mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Portugal, militante Lia Lopes, formanda em Direito e com larga experiência em trabalhos populares, Frei David Santos OFM, Filósofo-Teólogo. A arte final foi um trabalho voluntário de Mauricio Souza Brito.

Todos os coordenadores, professores e alunos estão convidados a arregaçar as mangas e sair para a ação.

2. Quem somos?

A *Educafro - Educação Cultura e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes*, desde o seu surgimento, enquanto intuição, convoca a sociedade a refletir sobre as Ações Afirmativas, como sendo uma nova forma de se trabalhar por políticas educacionais no Brasil. *Ela provoca uma revolução no Brasil que é a redefinição do que é a democratização do acesso à universidade*. Ela tem trabalhado insistentemente pelas mudanças no conteúdo dos vestibulares públicos, principal fonte de injustiças e exclusão de grande seguimento de brasileiros. Atualmente, a Universidade Pública somente permite o ingresso dos que foram privilegiados com o acúmulo de saber, em sua maioria formada por brancos e ricos, que cursaram escolas particulares ou cursinhos caros.

A intuição visando organizar os pobres e negros em Pré-Vestibulares Comunitários surgiu em 1987, no Rio de Janeiro, em São João do Meriti, Baixada Fluminense, após várias reuniões reflexivas da Pastoral do Negro, preocupada em definir uma estratégia de inclusão racial dos negros na sociedade brasileira. Seu nome inicial foi PVNC.

O ponto de partida foi a triste constatação de uma porcentagem extremamente baixa de negros nas Universidades em relação aos brancos e esta realidade nos atinge ainda hoje.

Comparamos os menos de 5% de afro-brasileiros no Ensino Superior com a sua presença na sociedade que é de 49,7% do total da população brasileira (preto + parda), segundo os dados do IBGE.

Algo deveria ser feito para mudar esta realidade e promover a inclusão social dos afro-brasileiros, saciando a fome e a sede de justiça. Para tamanha tarefa, organizou-se um mutirão educacional em núcleos de pré-vestibulares comunitários, que funcionam em espaços físicos cedidos voluntariamente em: Associações de Moradores, Igrejas, Sindicatos, Escolas Municipais, Estaduais ou Federais, que possuem salas de aulas já montadas com toda a infraestrutura necessária.

Os núcleos de pré-vestibular da Educafro são autossustentáveis, portanto, não geram ônus financeiro para a entidade que acolhe um núcleo. Cada aluno contribui mensalmente com até 2% do salário mínimo. Estes recursos são utilizados para o pagamento de fotocópias, apagador, giz, restando sempre uma quantia em caixa para cobrir os gastos com passagens e lanche dos professores voluntários.

O trabalho voluntário de nossos professores e coordenadores de núcleos enaltece e glorifica a luta pela inclusão do povo negro e pobre da periferia. Graças à consciência crítica, cidadã e espírito de luta de professores, líderes comunitários e

universitários, a esperança está crescendo no coração dos pobres, que começam a acreditar em uma vitória calcada no acesso à Universidade.

A Educafro é uma fantástica e bem sucedida experiência de organização dos negros, tendo como principal filosofia a elevação da autoestima e o resgate da cultura afro-brasileira, despertando na agenda pública a necessidade urgente de implementação de políticas públicas para os negros e negras.

A Educafro – Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes, rede de cursinhos pré-vestibulares comunitários, é um trabalho social da FAecidh, uma associação da sociedade civil, de origem franciscana, sem fins lucrativos. A Educafro visa a converter as estruturas institucionais que secularmente oprimiram o povo pobre e negro, objetivando que estas instituições estejam a serviço dos excluídos.

3. Missão

A Educafro tem a missão de promover a inclusão da população negra (em especial) e pobre (em geral), nas universidades públicas e particulares, com bolsa de estudos; através do serviço de seus voluntários e voluntárias nos núcleos de pré-vestibular comunitários e setores da sua Sede Nacional, em forma de mutirão. No conjunto de suas atividades, a Educafro luta para que o Estado cumpra suas obrigações, por meio de políticas públicas e ações afirmativas na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminações “injustas”.

4. Objetivos

O objetivo geral da EDUCAFRO é reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para a população pobre e afro-brasileira.

São objetivos específicos da Educafro:

- Organizar e provocar o surgimento de núcleos de pré-vestibular (novos núcleos) nas periferias de todo o Brasil;
- Proporcionar o surgimento de novas lideranças e cidadãos conscientes nas comunidades e nas universidades;
- Formação cidadã e acadêmica através das aulas de professores voluntários nos cursinhos comunitários;
- Apresentar propostas de políticas públicas e ações afirmativas aos poderes executivos, legislativo e judiciário;

- Difundir princípios e valores que contribuam para a radical transformação social do Brasil, com fundamento no ideário cristão e franciscano;
- Despertar a responsabilidade e a autonomia para a superação das dificuldades, auxiliando as pessoas a se tornarem protagonistas de suas histórias; e
- Valorizar, radicalmente, a organização de grupos sociais e populares como instrumento de transformação social e pressão junto ao Estado.

5. Projeto Político Pedagógico Educafro: seus desafios

O texto sobre alguns princípios do Projeto Político Pedagógico da Educafro objetiva estimular, orientar e dar rumo aos 255 núcleos da Educafro para que possamos construir coletivamente o PPP – Educafro. Pretendemos elaborar o nosso PPP de forma coletiva, tendo como base a realidade específica de cada Núcleo, bairro, cidade e estado.

O PPP – Educafro pretende surgir da autocrítica de membros de nossa comunidade, levando-nos ao entendimento de que são necessários “ajustes na percepção de cada um” para que os objetivos coletivos e as metas pedagógicas sejam alcançados.

De maneira geral, o PPP busca compreender as particularidades da comunidade, levando-se em conta a situação local, ou seja, família, escola, bairro, cidade, país, além de suas subjetividades e traços peculiares de sua história pessoal.

Assim, conforme será abordado mais adiante, sobretudo pelas palavras do professor Roberto Silva, “*um PPP digno da trajetória da Educafro não pode prescindir dos conhecimentos da Etnopedagogia e da inspiração da pedagogia social*”, tendo em vista que a própria história da entidade já demonstra a incorporação de muitas metodologias preocupadas em minimizar as diversas formas de exploração e de exclusão.

Também não podemos esquecer que um PPP visa a assegurar novas metodologias postas em prática após a compreensão apurada do processo que se encontra em curso. Metodologias e múltiplas práticas de saberes que já vêm sendo praticados por diversos atores sociais, e que estimulam e valorizam o pertencimento cultural e o valor da diversidade, considerando-a como uma ferramenta essencial para o Brasil se tornar um novo modelo de nação, profundamente mais democrática e, portanto, menos injusta.

Para finalizar, diríamos que os afixos que formam a palavra **Educafro** – Educ – de educação e Afro – de Afro-descendentes – devem servir de parâmetro para a reflexão desses mais de 509 anos de exclusão dos afro-descendentes. Este povo tem lutado e contestado, a partir das conquistas em curso, fruto do decisivo trabalho de seus líderes. Parabenizamos setores da academia e sobretudo dos movimentos sociais que estão colaborando para mudanças de mentalidade, no que diz respeito às potencialidades que os oprimidos, sobretudo os afro-descendentes, possuem e que não devem ser desperdiçadas, sendo esse um dos bens dos mais valiosos para a sociedade brasileira.

6. Os três P, ou etapas para construção de um PPP

6.1 Primeiro “P” = Projeto

O que é um Projeto? É uma proposta que aponta para a transformação de vidas. É tudo aquilo que se pode realizar em grupo ou individualmente. Quando um projeto coletivo é construído, ele possui um forte compromisso com muitas pessoas. Trata-se de um projeto comunitário que objetiva o bem comum, comprometido com um grande número de protagonistas, somando-se em suas metas.

O sonho Educafro começou pequeno, porém hoje, atrai milhares de pessoas que compartilharam seus anseios e esperanças. Podemos dizer que cada pessoa, a seu modo, chegou, desejou e envolveu-se, construindo tijolo-a-tijolo, fincando as bases sólidas que edificaram essa entidade respeitada que é a Educafro.

Poderíamos dizer que o nosso projeto, que começou “pequenininho”, tornou-se adulto – um gigante, “a Educafro seria uma máquina de realizar sonhos”. Como bem disse uma mãe, uma singela senhora que se formou pela Educafro e viu seus filhos e vizinhos seguirem o mesmo caminho.

6.2 Segundo “P” = Político

Podemos dizer que durante esses doze anos a Educafro deu um grande salto. Como Projeto, concretizou-se no imaginário de muitas pessoas. Tornou-se uma realidade viva. Fruto da experiência de vida individual e coletiva. Trata-se de uma transformação positiva na vida de inúmeras pessoas, que objetivavam, inicialmente, prosseguir nos estudos.

Não nos enganaríamos em dizer que a Educafro consiste em motivar cada vez mais e mais pessoas, sendo ela “a máquina de realizar sonhos”. Lembremo-nos da famosa frase do presidente Barack Obama: “Sim, nós podemos!” Sim, nós podemos! A nossa Educafro já estimulava sua gente negra e branca dos segmentos mais pobres a lutarem em busca dos seus objetivos, por mais difíceis que pudessem parecer, muito antes do primeiro presidente negro norte-americano.

Afinal, quando a Educafro passa a ser um Projeto Político? Quando nossa entidade passa a ter este segundo “P”? Quando age apontando a necessidade de Políticas Públicas, bem como apontando onde as mesmas estão falhando. Vejamos o exemplo expresso na carta abaixo, dirigida ao Ministro da Educação, em outubro de 2008:

Brasília, 6 de outubro de 2008

*Ao Ministro da Educação
FERNANDO HADDAD
A/c Dr^a Maria Paula - SESu
MEC – BRASILIA*

Queremos desejar que a Dr^a Maria Paula Dallari tenha um excelente desempenho na nova função. Que a mesma seja uma parceira no árduo trabalho pela inclusão de afros nas Universidades públicas e Particulares.

Trouxemos uma preocupação, enquanto afro-brasileiros e gostaríamos de refletir com o Ministro Haddad através de sua Secretaria os encaminhamentos para se estancar este problema.

Os Jornais "O Globo", "Estadão, etc, divulgaram na primeira semana de outubro que, apesar das políticas de Ações Afirmativas/cotas adotadas pelo Governo LULA, cresce o fosso, nas Universidades, do acesso e conclusão de seus cursos, entre BRANCOS e AFROS. Em 1997 tínhamos 9,6% de brancos e 2,2% de Afros concluindo suas Universidades. A diferença era de 7,4%. Em 2007 os brancos passaram para 13,4% e os negros para 4,0%. Houve inclusão nos dois grupos. Só que o fosso entre brancos e negros aumentou, indo para 9,4%. Setores da comunidade negra apontam para a timidez na implementação de políticas públicas/cotas e cobram dos militantes negros que investem no diálogo com o atual governo uma postura mais incisiva nesta direção.

A situação toma um contorno de gravidade maior, quando o IBGE divulga que estatisticamente pela primeira vez no Brasil, nos últimos 50 anos a população negra ultrapassa a população branca em número de habitantes.

Frente a estes desafios estamos propondo ao Ministro Fernando Haddad organizar uma Audiência Pública no MEC, em novembro de 2008, convidando lideranças da comunidade negra nacional para trazer e avaliar propostas de como o governo pode e deve enfrentar este assunto. Que a chamada para esta audiência aconteça através de um documento do MEC

com propostas iniciais possíveis, a partir do REUNI, envolvendo todos os Reitores da Rede Federal e outras políticas em andamento no MEC.

Atenciosamente

*Frei David Santos OFM
(49) 3523 1085*

EM TEMPO: Em caráter emergencial, e como sinal de boa vontade do MEC para com este tema, solicitamos que nos próximos 10 dias consulte a comunidade negra e coloque um acadêmico negro como Reitor à frente dos encaminhamentos em vista da implantação da UNIVERSIDADE BRASIL – AFRICA, a ser construída no Ceará. Entendemos que este projeto não pode repetir os vícios políticos do Brasil antigo, onde não se ouvia os afros na implementação de políticas para a população negra.

Considerando *Política* como a arte de realizar o bem comum, a carta dirigida ao Ministro tem fortemente esta atitude política da busca do bem comum. Ser político é possuir um direcionamento coletivo na sua essência emanente. *Polis*, palavra de origem grega; em outros termos, podemos dizer que *política* diz respeito às formas pelas quais nos relacionamos em grupo. Portanto, não restam dúvidas de que a Educafro já nasceu com inclinação e opção política.

Neste instante, cabe-nos lembrar que não podemos confundir a dimensão política da Educafro com a questão de envolvimento e postura política partidária. Esta é uma dimensão de nossa atuação enquanto cidadãos, compete-nos exercê-la com responsabilidade ao indicarmos nossos representantes ou nos

colocarmos à disposição para sermos eleitos. Isto significa que se trata de uma dimensão particular do exercício político, que não diz respeito à característica política da Educafro, que objetiva a dimensão político-partidária.

“O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem a educação nas mãos, definir seu papel estratégico na vida dos jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida acadêmica”: [J. C. Libâneo](#)

"Pensar em Projeto Político Pedagógico para qualquer instituição pressupõe que os educadores tenham um espaço onde possam se manifestar, que o processo da instituição e suas experiências acumuladas sejam refletidas no texto. Que haja uma definição anterior sobre qual a concepção de Projeto Político Pedagógico será utilizada pelo grupo". [Joan Subiratis](#)

Qual é a concepção do PPP da Educafro? Ele parte da concepção da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, adaptando-se à cruel situação de que trabalhamos com o objetivo de preparar pessoas para ingressarem nas faculdades cujos vestibulares são conteudistas e mantêm uma compreensão equivocada de mérito. Avançamos nos conteúdos da disciplina de Cultura e Cidadania, mas podemos avançar ainda mais na pedagogia do oprimido e nos conteúdos do vestibular. Nestes próximos dois anos, queremos

entrar firmes no debate da nova compreensão de “Pedagogia Social”, como passo fundamental de maturação do PPP Educafro. O que têm em comum a prática Educafro destes últimos 10 anos e a Pedagogia Social?

A construção de um projeto político pedagógico contribui para estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas pedagógicas que levem a instituição a transgredir a chamada "educação tradicional", cujo conteudismo de inspiração positivista está longe de corresponder às necessidades e aos anseios de todos os que participam do cotidiano de uma educação alternativa chamada de pré-vestibular comunitário.

“...A crise paradigmática também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação pela autonomia contra toda forma de uniformização e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc...” [Moacir Gadotti: O Projeto Político-Pedagógico da escola, na perspectiva de uma educação para a cidadania.](#)

6.3 Terceiro “P” = Pedagógico

Cabe-nos a seguinte questão: quando que o Projeto Político da Educafro (PP) torna-se Pedagógico, PPP? Quando seus professores, alunos e coordenadores começam a gerar metodologia de trabalho com tecnologia específica para este público Educafro, com as suas peculiaridades. É um público totalmente diferente, a começar pela faixa etária, bem superior à normal para esta etapa de estudo. O projeto tem um compromisso forte com os excluídos e com o empoderamento intelectual, cultural, social, econômico e político do povo afro-brasileiro.

Esse Projeto visa a gerar debates, reflexões, pensamentos e atividades que revelam sua própria realidade específica: compromisso com o povo negro.

Afinal, quais seriam as especificidades que deveríamos considerá-las em nossa proposta metodológica? Metodologia que seria também a própria prática da construção de um PPP de maneira coletiva e democrática em forma de mutirão.

Por isso tornam-se necessários muitos debates nos mais de 250 Núcleos de Pré-Vestibulares da Educafro. Nestes debates, vamos nos apropriar de dois aspectos:

- 1) A retomada da eficiente metodologia do ver, julgar e agir, aperfeiçoada na experiência da Educafro que consiste em: ver, julgar, agir, celebrar, avaliar, replanejar.
- 2) Provocar a leitura crítica da pedagogia “imposta” pelo modelo Ocidental, Centro-Europeia e Branca, caminhando rumo a proposta Etnopedagogia.

A Etnopedagogia consiste em fazermos um processo de recuperação da fonte cultural originária oferecida por Deus a cada grupo étnico. Há uma profunda pedagogia em cada cultura. Nos entrelaçamentos culturais, as culturas ditas dominantes sufocam outras culturas e seus métodos pedagógicos, impondo um modelo único. A maioria do povo brasileiro se autodeclara como preto e pardo, isto é, negro.

Este povo, para o fortalecimento do seu *ethos*, tem o direito de viver e de se recriar a partir de uma etnopedagogia. Não é honesto que este povo seja obrigado a se restringir a uma ótica pedagógica ocidental europeia. Enfim, todos nós, membros da Educafro, negros, brancos e indígenas devemos jogar nosso espírito nesta causa e produzirmos nestes próximos três anos o nosso Projeto Político Pedagógico – Educafro com estes princípios e ótica.

7. Algumas questões para ajudar a nortear nosso PPP

Um Projeto Político Pedagógico normalmente advém de questionamentos sobre o curso dos acontecimentos e sua relação com a prática pedagógica. O que se ensina, como se ensina e para que se ensina são indagações pontuais que norteiam esse processo. Uma pedagogia atenta às necessidades dos seus educandos deve se debruçar constantemente sobre as especificidades que os caracterizam e verificar continuamente se seus métodos e processos caminham passo a passo com as transformações sociais que interagem com a educação.

Compreendido que os conteúdos partilhados no processo ensino-aprendizagem não devem ser linhas soltas, mas bases a partir das quais se avança solidamente segundo princípios norteadores anteriormente delineados – em linhas gerais é isso que se designa como pedagogia –, convém estabelecer que qualquer pedagogia tem um fundo político. Isto é, a Escola e as ONGs são entidades que cumprem funções que interessam ao Estado e à sociedade, à sua manutenção e sobrevivência.

O próprio histórico da Educafro deve ser um balizador, no sentido político de aglutinará seus processos pedagógicos e o ideal de uma sociedade justa, equitativa e participativa, sem as

atuais divisões que dilaceram o país em um mínimo com o máximo e um grupo imenso com quase nada. A revisão de suas práticas, de suas conquistas e perdas podem subsidiar a construção de um “onde e como se quer chegar”.

Projeto implica em sonho, idealização e vontade de edificar o futuro partindo do presente. O sentido desse vocábulo faz emergir as nuances de algo que se arremessa para a frente, que vai longe. Mas não é possível ir longe sem planejamento, sem saber para onde se quer ir e por que se deseja chegar ali e não acolá. Planejamento, por sua vez, requer análises do percurso, distinção das dificuldades, o traçado de estratégias de superação; mitigar o sofrimento, reavaliar os objetivos, as metas – em suma, uma visão geral do todo.

E o todo que se observa atualmente é uma realidade múltipla de fatores e de complexidades. É possível acompanhar as mudanças do conceito de educação sob vários aspectos. Ouvimos repetidamente termos como “educação continuada”, “educação tecnológica”, “educação para o futuro”, “educação para o trabalho”, etc. O mundo do trabalho parece se aproximar da educação, a educação se achega ao mundo do trabalho, trabalho e educação se misturam, os limites se tornam cada vez mais tênues. Muito do que aprendemos ontem é pulverizado amanhã; os saberes de gerações passadas são sucessivamente

confrontados com as competências exigidas pelas novas modalidades de relacionamentos. A escola não é mais a detentora exclusiva do conhecimento. Qual o seu papel, suas funções, delimitações? Aqui podemos explicar por que os Cotistas estão tendo bons desempenhos acadêmicos nas universidades públicas e no ProUni. Há um saber que não passa necessariamente pela escola e ela parece que não se deu conta desta realidade.

Em variados lugares do Brasil, há exemplos de tentativas que visam a propor encaminhamentos para a construção de uma educação mais sólida, democrática e de qualidade, que seja parceira do estudante na sua trajetória de aprendizagem e de formação. Introduce-se uma série de novidades tecnológicas, busca-se formar os professores para essa nova realidade educacional, tenta-se estabelecer novos modelos de escola; congressos se sucedem, teses são escritas, livros são publicados, discute-se a emergência de um novo Projeto Político Pedagógico. É neste contexto que todos os professores, alunos e coordenadores dos núcleos Educafro são chamados a debater e gerar novos desafios para o fazer educacional alternativo da rede de cursinhos comunitários da Educafro.

O modo como estamos lecionando corresponde às necessidades atuais dos alunos da Educafro? Os conteúdos atendem ao preceito de municiá-los para enfrentar os

vestibulares? Os concursos e as provas são um dos pontos de chegada da nossa missão. Como ajudá-los a fazer esta chegada com qualidade sem perda da identidade cultural? É hoje a universidade brasileira uma barreira às culturas afro e indígenas? É possível avançar no saber acadêmico sem negar a origem cultural? É possível recuperar uma dimensão cultural que há muito tempo não temos mais referências?

A estratégia de ensino favorece o ensino ou a aprendizagem dos conteúdos? As habilidades e competências que ensinamos recuperam a frágil formação recebida na escola pública? Como melhorar o potencial dos alunos, motivando-os para o estudo e o desejo de aprender continuamente? Essas são algumas das ponderações que podem e devem dar o impulso inicial e de aprofundamento à discussão do Projeto Político Pedagógico da Educafro.

8. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Social

Ter acesso ao Ensino Superior, por si só não resolve o problema da histórica marginalização do povo afro-descendente no Brasil. O Sistema de Cotas visa a aumentar as oportunidades para que pessoas historicamente excluídas do sistema de Ensino Superior possam competir por vagas em condições minimamente equilibradas, nos moldes das *políticas compensatórias* que o Brasil pratica desde 1960 no Ensino Fundamental, assegurando alimentação, transporte, uniforme e livro didático para crianças e adolescentes filhos de famílias pobres. Isto é uma política compensatória.

Sistema de Cotas não significa a legitimação do Ensino Superior tal como está concebido hoje, mas apenas e tão somente o reconhecimento de que o acesso a ele é uma condição importante para aumentar a competitividade de homens e mulheres negros pelas oportunidades que o conjunto da sociedade brasileira cria. Um PPP Educafro deverá se comprometer a criar no público Educafro que ingressa nas universidades o inconformismo com uma universidade exageradamente ocidental e europeia. É missão deste público querer algo mais. Querer e fazer avançar o respeito a uma sociedade pluriétnica.

Simplemente aumentar a presença de homens e mulheres negras nos cursos de graduação não é suficiente para alterar os paradigmas sobre os quais se assentam a Educação brasileira, visto que a elite de doutores, consultores, técnicos e burocratas que tomam decisões ainda é predominantemente branca, muito bem acentada e alimentada por uma visão eurocêntrica, alinhada aos interesses de classe, do capital e de determinados segmentos político-ideológicos. Temos um longo caminho, por isto precisamos nos alicerçarmos pedagogicamente, para garantirmos avanços.

O primeiro passo é apreender os códigos, símbolos e valores produzidos pelas classes dominantes, reproduzidos por meio da Educação e da escola; o segundo é, de posse deste poder simbólico, disputar igualmente os mesmos postos de comando e de poder na complexa estrutura da sociedade brasileira.

Por outro lado, não se pode negligenciar projetos culturais para o povo afro-descendente, pensando numa Educação que acolha, que valorize e que difunda os elementos da cultura negra no Brasil, e que seja significativo para a formação da consciência das novas gerações.

Esta questão pode suscitar as seguintes interrogações: a educação do negro deve ser diferente da educação do branco? Quais os elementos da educação de brancos que precisam ser problematizados e rejeitados pelo povo negro? De outra forma,

quais os elementos que são próprios da educação do povo negro? A concepção de uma educação específica para o povo negro constitui fator de acirramento das disputas étnicas e raciais?

Nenhuma resposta a estas questões deve nos levar a extremos. A existência milenar do povo negro justifica pensar em uma *antropoeducação*, fundada na História, nas tradições, na cultura e nos valores de nossos ancestrais, e isto é perfeitamente legítimo e aceitável em qualquer cultura ou civilização que se queira democrática.

O desastre da escravidão introduz nesta antropoeducação um fator que não é originária do povo negro, mas que se torna predominante em qualquer proposta educacional para o povo negro: a resistência cultural. A historicidade da Educação do povo negro, agora somada ao fator resistência cultural, imprime à proposta de Educação do povo negro uma perspectiva de libertação e de emancipação em relação ao jugo da cultura opressora, de autonomia em relação às suas formas de pensar, de sentir e de agir.

Pensar a comunidade e não o indivíduo isoladamente. Conceber o desenvolvimento como um processo coletivo em que todos crescem, amadurecem e se aperfeiçoam enquanto povo, e não o desenvolvimento enquanto meta futurística a ser atingida a qualquer custo. Conceber os filhos como patrimônio coletivo da comunidade e não como propriedade privada sobre os quais se

exerce direito de vida e de morte. Aceitar os idosos como guardiães das tradições e da memória de um povo e não como estorvo. Aceitar a mulher como eixo central da vida social e cultural da comunidade e não como objeto sexual descartável.

Exercer a influência, o conhecimento e o poder em favor da manutenção da unidade e do desenvolvimento coletivo e não para auferir prestígio e acumular riquezas que serão disputadas com unhas e dentes depois da morte. Relacionar-se com a terra, com o meio ambiente, plantas, animais e os recursos naturais a partir de uma relação simbiótica entre homem e natureza e não como seu dono e explorador. Enfim, ter uma cosmovisão dentro da qual cada um se veja como parte de um todo, que afeta o todo e que é afetado por ele e não como um ser autóctone, descompromissado e que vive em função das próprias ambições individualistas.

Estes são alguns dos elementos capazes de diferenciar a Educação do povo negro em relação à Educação do povo branco e que, guardadas as devidas proporções, são comuns também aos povos indígenas e aborígenes que ainda sobrevivem.

No espaço dos Quilombos e das tribos indígenas esta perspectiva pedagógica é denominada *Educação comunitária*, isto é, Educação que é responsabilidade de todos os integrantes do mesmo grupo social e que é feita em todos os momentos e em todos os espaços nas relações humanas e sociais. A Educação

comunitária ocorre de forma intergeracional, com os mais velhos ensinando os mais novos e o conteúdo da ação educativa é formado, predominantemente, pela relação com os ancestrais, a relação com o meio ambiente, a interação humana e o papel que cada um deve exercer dentro do grupo.

No contexto das cidades, das metrópoles e das megalópoles, em que a dispersão do povo negro compromete a percepção de suas origens, de sua unidade étnica, racial e cultural e que é obrigado a viver dentro de uma imensa diversidade étnica, cultural e religiosa, não seria apropriado falar em Educação comunitária, mas sim em Educação Social, isto é, uma Educação que o habilite a transitar, não mais no limitado espaço de uma comunidade, mas no amplo, multifacetado e instável espaço das sociedades complexas.

As bases antropológicas da Educação do povo negro existem e são inquestionáveis, mas por si só esta antropoeducação não é capaz de reconstituir nas sociedades complexas a unidade étnica e cultural do povo negro. É necessária, portanto, uma ação educativa, organizada, sistemática e contínua que potencialize os dois elementos da antropoeducação que acima identificamos: a historicidade e a resistência. Claro que esta ação educativa não terá origem nas classes dominantes, não é desejável que seja concebida por brancos e nem que ela seja orientada apenas por pressupostos acadêmicos científicos. **Podemos dar o nome de**

***etnopedagogia* a esta ação educativa, intencional e dirigida, com objetivos e metas consistentes, dimensionados no tempo e no espaço.**

Quais são as instituições, quem são as lideranças, quais as instâncias do Movimento Negro mais legítimas para promover a Educação do povo negro? Aqui vale lembrar Paulo Freire, quando diz que “ninguém educa ninguém, os homens se educam em comunhão”. O negro – assim mostra a História - educa e se educa em comunidade. Sempre que o negro saiu de sua comunidade e esteve sob a influência cultural de outros povos e culturas que não as suas ele foi dominado, subjugado, escravizado e marginalizado.

Educafro, isto é, Educação de afro-descendentes, com todas as contradições que eventualmente possa ter como instituição nascida no seio de uma ordem religiosa católica, é uma das expressões desta proposta, tão legítima quanto qualquer outra, envolvendo hoje 255 núcleos originários nas próprias comunidades que atende: 2.550 professores voluntários, 1.270 coordenadores de núcleos e mais de 12.000 alunos/as atendidos ao longo dos seus anos de existência.

Mas o que é a Educação Social promovida pela Educafro e de que forma a etnopedagogia se faz presente dentro dela?

A análise das experiências constituídas no âmbito dos movimentos sociais e das ONGs reafirmam a convicção de que a

Educação do povo afro-descendente precisa estar intimamente articulada com a realidade social brasileira e embebida, como dizia Paulo Freire, da história e da rica tradição cultural forjada por seus antepassados nos mais diversos rincões deste país. A Educação proporcionada pela Educafro, ao incorporar o componente etnicoracial como elemento fundante de sua proposta pedagógica se distingue em relação às outras instâncias do movimento social brasileiro.

Este componente etnicopedagógico deve ser a expressão do compromisso de cada homem e mulher atendidos pela Educafro – negro ou não negro -, e que em curto, médio e longo prazos devem mudar alguns paradigmas dominantes na sociedade brasileira:

- pessoas formadas em Ciências da Saúde para dar a atenção que requer a especificidade da saúde do povo negro;
- pessoas formadas em Ciências Jurídicas para mediar conflitos a partir de outros referenciais doutrinários que não a criminalização e o encarceramento de negros e pobres;
- pessoas formadas em Ciências da Educação para pensar a Educação a partir de outros referenciais que não os das culturas hegemônicas e dominantes;
- pessoas em condições de orientar e coordenar pesquisas para imprimir outra lógica que não a exploração irracional dos recursos naturais;
- pessoas em postos de comando e de decisão para romper

com a lógica desenvolvimentista que só olha para a frente, ignora o passado e sacrifica o presente;

- pessoas, enfim, que sejam capazes de pensar o Universo, a vida e o planeta como patrimônios comuns de todos nós e não como privilégio de uns poucos que possuem riqueza, títulos e poder, mas não dignidade e honra.

Como se observa, a etnopedagogia não está impregnada de qualquer ranço étnico ou de preconceito racial porque não é a *Educação de negros pelos negros* e a favor da *negritude* contra os não negros. A *etnopedagogia*, de início, já quebra um dos principais paradigmas da Educação de classes que é a ideia de *uma Educação pobre para pobres* e significa expressivo avanço no sentido de afirmar a unidade cultural, social e política do povo afro e de difundir nos não afros o compromisso pelo respeito à diversidade etnicoracial e cultural, tal como apregoa a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Educação Social é a ação educativa que privilegia o coletivo e persegue a participação, a cooperação e o desenvolvimento de habilidades e capacidades que beneficiam a sociedade em geral. O sucesso profissional, a empregabilidade, a respeitabilidade e a remuneração financeira são consequências do processo de legitimação social do próprio grupo dentro do qual se atua. A Educação Social é a contraproposta à Educação

individualista, de coleção de títulos e diplomas que alimentam a competição e a ambição desenfreada.

A Educação Social situa-se dentro da área de conhecimento chamada Pedagogia Social e tem como *corpus* de conhecimento a Teoria Geral da Educação Social, fortemente amparada nos ensinamentos de Paulo Freire.

A citada historicidade do povo negro suscita uma forte ação educativa no campo da cultura, o que prefigura um dos domínios de atuação da Educação Social: o domínio sociocultural, que tem como áreas de concentração as manifestações do espírito humano expressas por meio do corpo, dos sentidos e do pensamento, tais como as artes, a cultura, a música, a dança e o esporte em suas múltiplas manifestações e modalidades, áreas em que sabidamente o afro-descendente transita com bastante desenvoltura. A saúde também integra este domínio, como expressão da relação do ser humano com o meio, e de sua ligação umbilical com a terra.

Pelas características destas manifestações, o *locus* privilegiados para a intervenção sociocultural são todos os espaços públicos e privados onde elas possam acontecer. A intervenção neste domínio tem por objetivo a harmonização do afro-descendente em suas dimensões históricas, culturais e políticas, e visam dotá-las de sentido para o sujeito desta

modalidade de intervenção.

O fator resistência, também citado acima, pressupõe fortes ações no sentido de promover e garantir direitos a quem deles foi usurpado no passado. Esta linha de ação configura o domínio socioeducativo. O domínio sociopedagógico tem como áreas de concentração a Infância, Adolescência, Juventude e Terceira Idade. A intervenção sociopedagógica neste domínio tem como objetivo principal o desenvolvimento de habilidades e competências sociais que permitam ao afro-descendente a ruptura e superação das condições de marginalidade, violência e pobreza que caracterizam sua exclusão social.

Por suas características, é *locus* privilegiado para a intervenção sociopedagógica o aparato jurídico, policial e administrativo que a sociedade criou e que utiliza para readaptá-los socialmente, como são os casos de abrigos, unidades de internação de adolescentes autores de ato infracional, abrigos para idosos, albergues para migrantes e imigrantes, instituições psiquiátricas e unidades prisionais, mas também considera a rua, a família e a empresa enquanto espaços que também servem a estes propósitos.

A antropeducação – ou etnopedagogia – enquanto ação educativa organizada, sistemática, contínua e intencional pressupõe uma consciência étnica que se traduz em

compromissos da Educação Social com o povo negro. Esta perspectiva configura outro campo de atuação da Educação Social, o domínio sociopolítico.

Este domínio tem como áreas de concentração os processos coletivos, sociais e políticos, expressos, por exemplo, na forma de participação, protagonismo, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, geração de renda e gestão social. A intervenção sociopolítica tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades e competências para qualificar a participação na vida social, política e econômica da comunidade onde o afrodescendente está inserido ou nos espaços onde ele/ela queira estar como sujeito. A intervenção sociopolítica tem como *locus* privilegiado de ação a comunidade, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, empresas, igrejas, partidos políticos e governos.

Como se vê, temos todos os elementos necessários para dotar a Educafro de um arcabouço teórico, conceitual e metodológico genuinamente brasileiro e configurá-la dentro da área de conhecimento das Ciências da Educação. Este arcabouço teórico, conceitual e metodológico, enquanto diretrizes gerais para orientar a formação, a pesquisa e a mobilização social pode também dotar a Educafro de uma *tecnologia social* do mais alto significado, a ser compartilhada com os seus núcleos e com todos

aqueles – pessoas, instituições, movimentos sociais ou governos – que queiram fazer sinceros e honestos esforços para a definitiva libertação e emancipação do povo negro no Brasil.

9 - PPP Educafro: um Projeto Político que nasce da Luta por Direitos

Ter “fome e sede de justiça”, Mateus 5:6, é a grande energia que movimenta o povo da Educafro vítima da exclusão em todos os setores da vida social e econômica do Brasil. Enquanto entidade cristã e franciscana, o nosso projeto político consiste em desenvolvermos um trabalho focado no ingresso dos pobres e dos afro-descendentes nas universidades brasileiras. Decidimos concentrar nossa reflexão neste foco e esperamos partilhar com todos um pouco daquilo que acreditamos ser a missão dos seguidores de Cristo, Zumbi, Dandara e Martin Luther King, que se articulam no espaço chamado de Educafro.

A fome de saber

O povo Educafro tem muitas “fomes”, todas provocadas por uma sociedade que insiste em não partilhar. As universidades brasileiras, como polo formador de conhecimento, têm também o dever de promover o fim das desigualdades sociais e raciais que atingem a população pobre e a afro-brasileira, ajudando a saciar a sede de justiça deste povo. Ela deve ser um agente propulsor do combate às desigualdades social-raciais nas oportunidades históricas desiguais para brancos e negros.

Desde o seu princípio, as Instituições de Ensino Superior se encontram deformadas, mutiladas e inconclusas em sua função social de geradoras de justiça. Da forma como são geridas e compostas, operam como instrumento eficaz de perpetuação das distâncias entre ricos e pobres, negros e brancos. Não despertaram para a sua função social de satisfazer a fome e a sede do povo por saber.

Qual é o modelo de Universidade que queremos para este século XXI? A atual ou uma nova Universidade aberta à sua função social? Esta que é formadora de uma elite burguesa, voltada mais para a formação acadêmica eurocêntrica distante das realidades e necessidades de nosso povo, está superada. Queremos uma universidade que tenha por vocação ser um espaço de afirmação de direitos e garantias do exercício das diferenças étnicas, sociais e culturais, resgatando a missão de fomentar um projeto de nação soberana norteada pelos princípios da igualdade de oportunidades e de direitos.

A sede pela igualdade de oportunidades

Um dos aspectos fundamentais do Projeto Educafro são as aulas de Cultura e Cidadania. São ministradas com a mesma carga horária de matérias como química e física. As aulas levam professores e alunos a refletirem sobre temas como:

Discriminação Racial, Ações Afirmativas, Política de Cotas, Acesso à Universidade Pública, Violência Policial, A Mulher Negra na Sociedade, Assuntos para a melhoria da Comunidade Local, dentre outros.

Os temas apresentados nos núcleos da Educafro abordam o dia-a-dia do povo negro na sociedade e as causas que determinam a sua exclusão, tais com o desemprego. Pelo simples fato da cor da sua pele, não se justifica a exclusão e a consequente diferença média salarial de 105% (IBGE 2005) em relação ao branco, ocupando o mesmo cargo. Isto é um atentado ao nosso país, que tem a vocação de garantir oportunidades a todos, valorizando a diversidade. Qual seria a causa? Precisamos refletir sobre a omissão das autoridades. Quais seriam as justificativas para esta indiferença?

Com muito suor e sangue o povo negro vem ajudando a construir o Brasil e, estranhamente, em troca continua recebendo como pagamento, por parte da classe dominante que governa este país, a exclusão e a “chibata”. Passados 509 anos, a dor continua, a discriminação racial faz parte de um cotidiano vivenciado de uma forma velada através da repressão policial, da exclusão do povo afro pelos meios de comunicação, dos cargos públicos, das Agências Bancárias, do mercado de trabalho de uma forma mais ampla e principalmente no ingresso ao ensino superior.

Ao refletir sobre os temas de cidadania, brancos e orientais participantes do projeto Educafro começam a caminhar de mãos dadas com os índios e o povo negro na luta por políticas de Ações Afirmativas para acabar com a discriminação e as desigualdades raciais, apontando para um Brasil que deve dar oportunidade iguais a todas as etnias.

Para canções novas, ouvidos novos

As Universidades deveriam ter como função produzir conhecimento de forma a promover o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia, e assim, defender e combater as exclusões sociais, étnicas e raciais.

A omissão dos dirigentes das Universidades tem sido uma constante, ao fecharem os olhos para a realidade brasileira e aos princípios republicanos e democráticos que as Instituições de Ensino Superior deveriam cumprir na luta permanente em vista da diminuição das desigualdades sociais e regionais, conforme determina a nossa Constituição Nacional. Do alto de sua autonomia, seguem imbatíveis com uma política de exclusão que alimenta um círculo vicioso entre pobreza e cor.

As Universidades brasileiras, em especial as Estatais e Comunitárias, não podem ficar à mercê das demandas imperialistas do Mercado. Que elas tenham que preparar os jovens para o Mercado de Trabalho é indiscutível, mas não podem permanecer neste patamar que as qualifica como um “Senai¹” de 5 estrelas.

Mais do que Responsabilidade Científica, a Universidade tem a Responsabilidade Cidadã, isto é, não se limita a “reciclar o lixo social” imposto pela sociedade dominante, mas tem a responsabilidade de contribuir para a criação de um novo Mercado que não produza pessoas mal preparadas para as exigências tanto profissionais quanto sociais.

É a CIDADANIA UNIVERSITÁRIA, que tem como base a inclusão de negros e pobres nas Universidades, proporcionando a diversidade étnica, a qualificação acadêmica e profissional e a capacidade do pleno exercício da cidadania. Assim agindo estaria, talvez inconscientemente, realizando Mateus 5,6. São canções novas que, para serem bem assimiladas, necessitam de ouvidos novos.

¹ SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Ocupa lugar de destaque entre as principais instituições de formação profissional. Nas décadas de 60 e 70, os alunos que por ali se formavam eram os mais requisitados em nossas indústrias, citamos como exemplo o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, qualificado como Torneiro Mecânico.

O sonho de democratizar a universidade

Segundo o filólogo Aurélio Buarque de Holanda, democratizar é colocar ao alcance do povo, popularizar. Ora, se o povo é composto de muitas etnias com todas as suas diversidades culturais, por que apenas uma minoria pode usufruir um benefício público que deve ser voltado para a coletividade?

A luta do povo para combater as injustiças estabelecidas pelas Universidades encontra respaldo nos princípios constitucionais. Tendo esta premissa constitucional como verdadeira, pode ser considerada lícita uma atitude que privilegia apenas aquele que está alicerçado no status social elitista?

É justo, por exemplo, que aproximadamente 95% dos que estudam medicina no Brasil sejam euro-descendentes, quando os afro-descendentes são 49.7% no país?

O clamor do povo para democratizar e promover as mudanças necessárias no acesso à Universidade, por muitas vezes encontra a resistência dos agentes responsáveis pela Administração Pública, Senadores, Deputados Federais, Instituições de Ensino Superior, Comunicadores, Juristas e Intelectuais, formadores de opinião. O trabalho para a conscientização destes segmentos e da população em geral tem sido pautado através de debates promovidos pelos movimentos étnicos e sociais, tendo como temas principais: Isenção da Taxa

do Vestibular, Ações Afirmativas por meio de Política de Cotas e mudança no conteúdo dos Vestibulares Públicos, que não condizem com a realidade do conteúdo ministrado na Escola Pública.

Educafro: abrindo as portas da justiça

A Educafro, para acelerar a conquista de direitos, sempre recorreu aos caminhos jurídicos. Existem dezenas de exemplos. Vamos nos concentrar num marcante, que é a luta pelo não pagamento da taxa do vestibular pelos pobres. A taxa que os pobres são obrigados a pagar para prestar o vestibular tem sido uma taxa de exclusão. Elas sempre foram responsáveis pelo fechamento das portas das universidades para os pobres. Desde a década de 90, a Educafro vem atuando firmemente na luta pela isenção da taxa do vestibular público para os pobres e afro-brasileiros. Praticamente moldou e tornou a isenção um direito reconhecido hoje, em todo Brasil. Deverá ser transformado em lei federal brevemente. Entendemos que a cobrança da taxa de inscrição dos alunos de baixa renda seria e é um instrumento eficaz na exclusão desse segmento ao seu acesso às universidades.

Atuando com alunos da periferia urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo, com a rede de pré-vestibulares comunitários, composta por 255 núcleos, temos constatado que muitos jovens

pobres se preparam durante todo o ano para o vestibular. Na hora de pagar a inscrição faltam-lhes recursos financeiros para as altas taxas de inscrição ou, por saberem que a prova do vestibular irá pedir conteúdos sonegados no ensino da rede pública, duvidam se vale a pena perder aquele dinheirinho suado... Seus sonhos são barrados antes mesmo do Vestibular. A justiça, neste aspecto, está fortemente ferida e sangrando...

A taxa cobrada dos pobres para a inscrição no vestibular é abusiva e imoral. Nesta última década recorreremos insistentemente ao Judiciário e ao Ministério Público para assegurar o direito de nossa gente estudar. Os primeiros processos judiciais contra as instituições foram abertos contra a UFRJ e a UERJ, no Rio de Janeiro, tendo o Advogado Cleto como o grande voluntário e sustentador desta luta. Os processos no Rio tiveram grande sucesso. Os juízes reconheceram a exclusão latente na cobrança das taxas, e deram ganho de causa aos pobres. Neste bojo de luta, conquistamos para os pobres, por caminhos jurídicos, a isenção do pagamento da taxa para inscrição no ENEM. Foi o Juiz William Douglas um dos que, com seu despacho abriu esta porta e que hoje é conquista pacífica. **De cada 10 processos impetrados no Rio de Janeiro, pela Educafro e seu membros, contra as instituições superiores pedindo a justiça que reconhecesse o direito dos pobres à isenção, 9 foram vitoriosos.**

A cobrança da taxa de inscrição no concurso vestibular faz com que a pessoa comprovadamente carente tenha impedida a sua chance de acesso ao ensino superior, o que viola frontalmente a Constituição Federal.

É dever do Estado garantir a igualdade de acesso ao ensino público, inclusive aos níveis mais elevados, conforme determinação dos artigos 206, I e 208, V² da Constituição Federal.

O artigo 205 da Constituição Federal afirma taxativamente que a educação é um dever do Estado e que tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em São Paulo, o êxito não tem sido tão bom. De 1998 até 2004 foram abertos mais de 300 processos judiciais contra USP, UNESP, UNICAMP e FATEC, dentre outros. As ferramentas jurídicas foram Mandados de Segurança, Ação Civil Pública e Ação Popular, além de Representações ao Ministério Público. **Infelizmente, de cada 10 processos distribuídos no Judiciário Paulista, 6 foram derrotados e apenas 4 vitoriosos.**

O que difere do percentual de vitórias processuais entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo? Aqui se destaca a ação

² Artigo 206, I “*O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*”; Artigo 208, V, “***O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um***”.

daninha das elites que se protegem. Por que das diferentes interpretações nos julgamentos dos Magistrados em se tratando de um mesmo Fato, Valor e Norma? Quais os fatores que levam a entendimentos distintos? O fato de terem sido formados, estes Magistrados, em Universidades Públicas com curso de Direito só voltado para as elites teve alguma influência? Preferimos que vocês reflitam e respondam... Contudo, o surgimento de jurisprudências memoráveis nesta luta, assim como pareceres do Ministério Público a favor do povo, em ambos os Estados tem mudado a mentalidade do judiciário. Começam a perceber a fome e sede de Justiça do povo pobre e afro-descendente batendo nos tribunais.

A batalha Judicial e as intervenções do Ministério Público foram essenciais no Estado de São Paulo para iniciar avanços necessários a fim de garantir a isenção da taxa do vestibular para os pobres. Em 2004, a USP, apesar de ter algumas falhas, mostrou maturidade e apresentou um programa de isenção consciente. O mesmo não podemos dizer da UNICAMP, FATEC e principalmente da UNESP, que dificultam a inscrição dos pobres, além de limitar o número de isenções até hoje. As Fundações Universitárias que organizam os vestibulares públicos, como VUNESP e FUVEST e outras que usam os espaços públicos das Universidades, são fábricas de dinheiro, cuja prestação de contas pouco convencem. Estas Fundações

precisam tomar um banho de Cidadania e respeito aos direitos dos pobres.

Educafro, as ações afirmativas e a busca por justiça

O grande sonho daqueles que lutam por justiça social é ver o negro sendo parte INTEGRANTE da Sociedade Brasileira. Ter direitos iguais aos brancos desde o nascimento até a inclusão no Doutorado é questão de compromisso com um Brasil inclusivo. Isto ainda não acontece, aumentando a fome e sede de justiça.

Os judeus viveram sete anos em regime de discriminação e trabalhos forçados. Foram tratados com desumanidade. Recentemente, a sociedade mundial reconheceu que aquela escravidão foi um atentado à Ética. Conseguiram implantar Ações Afirmativas que reparam com indenizações todos os seus descendentes vítimas dos “**SETE ANOS DE HOLOCAUSTO**”. Mais de 4 bilhões de dólares são destinados anualmente para este fim, só na Alemanha.

REPARAÇÃO pelos anos de escravidão é o nome que gera fome e sede de justiça no povo afro-descendente.

A diáspora africana sofreu no Brasil mais de 380 anos de discriminação e trabalhos forçados. Para nós, brasileiros, aquela escravidão foi ou não um atentado à Ética? Foi ou não um **HOLOCAUSTO SECULAR?** Por termos convicção de que foi

um atentado e, por sabermos que metade da população é composta por afro-brasileiros, despertamos para a necessidade de explicitar nossa fome e sede por justiça, através de políticas de inclusão, como forma de indenização e REPARAÇÃO.

O Brasil já adota as Políticas de Ações Afirmativas em vários setores. Toda sociedade, até então, as tem acolhido com grande simpatia e sem polêmica. Constatamos que os Partidos Políticos discriminavam as mulheres: foram criadas cotas de 30% para as mulheres. Em 1992, antes das cotas, tínhamos 176 mulheres prefeitas e, após a implantação das cotas, em 1996, pulamos para mais de 300 mulheres prefeitas. Tínhamos aproximadamente 1700 mulheres vereadoras e, após as cotas, subimos para mais de 5.000 mulheres vereadoras.

As Empresas, por livre iniciativa, não se interessavam em empregar portadores de necessidades especiais: foi implantada a lei e esta injustiça está sendo corrigida. O salário do trabalhador brasileiro é injusto: *foi criada a lei do vale transporte, vale refeição, vale cesta básica, assim o trabalhador tem a compensação de não ser obrigado a tirar do seu salário estes gastos.*

Tudo isto visa a compensar os trabalhadores por perdas que a sociedade entende que sofreram. Esta é a proposta das várias leis de Ações Afirmativas aplicadas em várias partes do

mundo. No Brasil, estas Ações Afirmativas foram introduzidas sem usar este nome e, quase não foram percebidas pelo povo. Por que, agora, está se criando tanta polêmica? Por que agora estamos mexendo com privilégios de alguns das classes média e alta?

Segundo pesquisa do IPEA-2001, todas as Políticas Públicas implantadas no Brasil desde 1929 até hoje, não conseguiram resolver a questão da igualdade étnica no acesso à educação. A diferença de anos de estudos dos afro-brasileiros permanece a mesma, desde 1929 comparativamente aos euro-descendentes do Brasil.

Nunca as classes política, intelectual e empresarial tiveram coragem suficiente para atacar a raiz deste problema gerado **por mais de 380 anos de escravidão**. Pela primeira vez no Brasil, o Poder Público resolveu perceber a fome e sede por justiça emitida pelos grupos organizados e começou a atacar a raiz do problema.

As multinacionais Motorola do Brasil SA, Jonhson & Jonhson, Levi Strauss do Brasil Ltda., etc., tentaram criar um programa de diversidade étnica para a contratação de empregados, nas filiais brasileiras. Encontraram dois obstáculos: *a oposição dos executivos retrógrados do Brasil e, a falta de negros e índios preparados pelas Universidades Públicas brasileiras no que se refere à qualificação profissional exigida,*

crescendo ainda mais a dificuldade de acesso quando nos cargos mais elevados.

Vários segmentos, professores, intelectuais, jornalistas e juristas têm uma visão ingênua quando o assunto é garantir oportunidades iguais para os grupos étnicos.

As Ações Afirmativas, através da política de cotas é a solução mais eficiente? Por que não? Desafiamos os conservadores, contrários a esta política de inclusão e reparação a apresentarem outros instrumentos com comprovada eficácia em nossa sociedade. Assim seríamos imediatamente contrários ao sistema de cotas para o qual temos trabalho com determinação.

Educafro e a revisão da compreensão do mérito

A meritocracia no acesso à Universidade é uma das formas de ingresso que merece uma séria revisão. Temos como exemplo a USP, que é financiada por mais de 9% do orçamento do ICMS³ de todo o Estado de São Paulo, dinheiro este que sai principalmente dos bolsos dos pobres para custear os estudos daqueles que em sua maioria são abastados. A tributação deste Imposto está no pacote de açúcar comprado no mercado ou na cachaça adquirida no bar da esquina.

³ ICMS - Imposto sobre Circulação de Serviços

O que fazer com essa realidade? Vejamos, se colocarmos duas pessoas para disputarem uma corrida e, para uma delas propiciarmos os melhores treinadores, boa alimentação, equipamento técnico e deixamos a outra abandonada à própria sorte, quem vai ser a vencedora? Não resta dúvida que será a mais favorecida.

Assim é a Universidade Pública: ela sabe que um setor foi privilegiado pelo acúmulo de saber. **As Universidades partem de uma falsa igualdade** e têm a coragem de dizer que os que ingressam, o fazem por mérito, pois, prestaram o mesmo vestibular. Deveríamos ter vergonha em permitir a continuação deste falso e injusto sistema de mérito. Qual é a solução? Corrigir rapidamente este erro de interpretação.

O vestibular deve medir capacidade, liderança e vocação e não acúmulo de saber acadêmico com fórmulas e macetes aprendidas em cursinhos caros nos quais os pobres não tem acesso. O Estado deve investir com coragem na melhoria do ensino público fundamental e médio. É a nossa luta. No entanto, perguntamos: como consertar o estrago realizado com os que já concluíram o Ensino Médio?

A Ação Afirmativa, adotada por mais de 30 países e agora no Brasil, especialmente através dos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e do Supremo Tribunal Federal na destinação de no mínimo 20% das contratações públicas para

negros, e mais recentemente pelo Ministério da Educação e Cultura, através do ProUni e do FIES, são alternativas eficazes e que vêm gerando grandes benefícios para toda a sociedade.

O Estado do Rio de Janeiro, através das suas universidades estaduais, adotando cotas de 45% para rede pública, negros, indígenas, portadores de necessidade e filhos de vítimas do enfrentamento da violência, tem sido uma experiência de sucesso comprovada através do rendimento acadêmico dos alunos cotistas em relação aos não cotistas.

A Política de cotas deve ser adotada apenas pelo período necessário para a correção e reparação das consequências dos erros do passado. A cota para afro-brasileiros e alunos da rede pública é **ética, honesta e justa**. Ela ataca um erro já cometido e desperta a sociedade para não permitir que este erro se perpetue. É o Brasil corrigindo com ética e responsabilidade social uma história de injustiça.

Ações afirmativas e a tentativa de se saciar a fome

Argumentam que esta forma de Ação Afirmativa vai colocar na Universidade alunos incapazes. Esta afirmação corre o risco de ser uma discriminação, perversidade ou desconhecimento da realidade. Vamos refletir a partir de uma experiência gerada e

acompanhada pela Educafro. A PUC-Rio, desde 1993, firmou uma parceria para conceder bolsas de estudo às pessoas pobres, acompanhadas e apresentadas pelos trabalhos da Pastoral do Negro.

Naquele primeiro ano foram concedidas 4 bolsas. As condições básicas apresentadas pela PUC foram: estar ligado a um trabalho comunitário e **passar no vestibular da entidade**. Só dois públicos prestavam o vestibular da PUC: os ricos que podiam pagar e os pobres que estão ligados aos trabalhos comunitários através da Pastoral do Negro; logo, a disputa candidato/vaga era pequena e, muitos passaram, mesmo vindo da rede pública.

Hoje, dezesseis anos depois, só através da EDUCAFRO, a PUC Rio já concedeu bolsas de estudo para mais de 1.500 pessoas!!! A média acadêmica destes alunos bolsistas é superior à média dos pagantes!!! Como se explica isto? Fácil: os alunos, mesmo vindo da rede pública e, sendo 90% de afro-descendentes, recebendo uma oportunidade, provam que têm capacidade. É, justamente isto, o que falta para os pobres e afro-descendentes nas Universidades Públicas: terem oportunidades para provar que são capazes.

As famosas “notas de corte” adotadas pelo vestibular da USP e outras Universidades no Brasil são instrumentos para afastar os pobres, “vítimas do ensino público”.

Será que se submetêssemos Doutores das Universidades Públicas ao vestibular da FUVEST e outros vestibulares, conseguiriam ser aprovados? Com isto, pode-se provar que o atual método para dizer quem pode e quem não pode entrar nas Universidades Públicas está totalmente equivocado.

O conteúdo dos vestibulares públicos corre o perigo de ser conteúdo descartável. Passa a ser uma excelente ferramenta para eliminar os pobres e afro-brasileiros que não tiveram acesso a conteúdos acadêmicos cheios de “macetes”, ministrados nos cursinhos caros. Está provado que não se mede a cultura e conhecimento de uma pessoa com apenas algumas questões de vestibular. Quem perde com isto? **O Brasil, com certeza, está jogando no lixo talentos, unicamente por serem pobres e afro-brasileiros.** Aumenta-se assim a fome e sede por justiça.

USP: exemplo de reprodução da fome

É falta de visão social ou de coragem do comando da USP em não criar Políticas Públicas eficientes de Ações Afirmativas voltadas para o combate das estruturas que, nestes 70 anos, geraram a ausência dos afro-brasileiros e dos pobres nos bancos uspianos. Fugindo do debate sobre a democratização do acesso à universidade, através de Política de Cotas para negros e pobres, a

Universidade do Estado de São Paulo comemorou 70 anos de exclusão social e étnica em 2004.

Representantes de 184 núcleos de pré-vestibular Educafro da Grande São Paulo não se calaram diante da opressão da elite burguesa que comanda a USP. Concentrou-se no dia 1º de março, na Praça do Relógio, primeiro dia de aula da USP e se dirigiram aos prédios das Faculdades FEA, POLITECNICA E ECA, que estavam em aula. Em seguida, 70 negras e negros se acorrentaram em frente ao prédio da REITORIA, por 70 minutos, para lembrar os 70 anos de exclusão que a USP causou ao povo negro e pobre.

Cerca de 1500 alunos ocuparam as salas de aula da USP, reivindicando COTAS PARA NEGROS!

Prova da exclusão é o censo étnico realizado pela própria USP mostrando que **79,54% dos universitários da USP são brancos, 8,34% são pardos e apenas 1,30% são pretos, perfazendo um total de 9,64% de afro-brasileiros.** Em alguns cursos de ponta, não há nenhum aluno negro estudando.

Na sala de aula dos “calouros” do curso de Administração, o professor autorizou que os alunos da Educafro ministrassem uma aula de cidadania. Dos 100 alunos daquela sala de aula, somente um dos presentes era negro, sendo este estrangeiro, africano.

A reivindicação que finalizou o Ato foi um apelo feito ao Reitor da ocasião, Adolpho Melfi e sua equipe para que fossem inteligentes, sensíveis e capazes de refletir e implantar COTAS para negros na USP, a exemplo das várias Universidades Públicas que já tomaram esta atitude e do próprio Governo Federal. O clamor por justiça foi decisivo. O pedido foi formalizado, retratando o respaldo jurídico em suas palavras e a angustia dos negros e pobres que anualmente são humilhados no vestibular elitista da USP organizado pela Fuvest.

Uma das principais barreiras encontradas pelos negros e pobres tem sido a exigência absurda das provas aplicadas nos vestibulares públicos, exemplo que é observado na Universidade de São Paulo, que foge quilômetros do conteúdo ministrado nas salas de aula da rede pública.

Após seis anos acompanhando de perto o vestibular da USP, professores voluntários do projeto Educafro tanto da rede pública, como da particular constataram tecnicamente através das provas do vestibular da Fuvest que o **conteúdo dado na escola pública** não condiz com o **cobrado no vestibular público da USP (Fuvest)**.

A Educafro acompanhou 10 alunos de 5 escolas estaduais inscritos no vestibular da Fuvest. Estes alunos frequentaram regularmente o ensino médio, com boas notas, nas disciplinas ministradas em sala de aula. Porém, ao se depararem com a prova

do vestibular da Fuvest foram surpreendidos pelo excesso de cobrança do conteúdo acadêmico e “macetes” não ministrados na rede pública. Isto caracteriza o comprometimento com o conteúdo ministrado nas escolas particulares e em cursos pré-vestibulares particulares e “caros”.

No exame vestibular da Fuvest, somente algumas questões podem ser resolvidas com os ensinamentos adquiridos na escola pública. A maioria delas exige fórmulas, macetes e “decorebas” que só os ricos possuem, porque pagam para obter este tipo de conteúdo.

A discussão acerca do acesso ao ensino superior na Universidade de São Paulo causa uma verdadeira afronta aos princípios constitucionais, principalmente quando se analisa o critério atual de avaliação da USP e da Fuvest, os quais não obedecem aos princípios estabelecidos na Carta Magna de 1988.

Ao elaborar a prova, a USP e a Fuvest devem sempre observar o disposto na Constituição Federal, especialmente em seus artigos 3º, inciso III e 37, bem como os **princípios da equidade, proporcionalidade, razoabilidade e da moralidade administrativa.**

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

.....

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, MORALIDADE, publicidade e eficiência;

Não basta a USP agir dentro da Lei. Em suas funções públicas devem agir de maneira **honesto, ética e justa, ouvindo o grito dos excluídos por justiça.**

É bom lembrar que a Carta Magna erigiu a **moralidade** em princípio fundamental da administração pública, consoante o *caput* do Artigo 37 da Lei Fundamental, supramencionado; a **moralidade** foi assim interpretada pelo mestre *Hely Lopes Meirelles*:

“O agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto”.(*in Direito Administrativo Brasileiro, pg. 66*).

Qualquer cidadão pode e deve exigir moralidade administrativa e regras públicas que não sejam prejudiciais ao cidadão.

No caso, se a USP e a Fuvest perpetuarem seu afrontamento ao povo pobre da rede pública de ensino, não restará outra alternativa senão recorrer ao judiciário na busca da melhor forma do direito.

Art. 5º Inc. LXXIII

LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Façamos o seguinte raciocínio: o conteúdo dado nas escolas públicas é A e B.

O conteúdo ministrado nas escolas particulares é o A, B, (acrescido dos conteúdos) C, D. Os ricos por terem uma renda compatível, pagam cursinhos caros para possibilitarem a seus filhos uma revisão dos conteúdos A, B, C, D e ainda ampliam seus conhecimentos com muitos macetes e técnicas de memorização, que vamos chamar de conteúdo E. Concluimos que:

É desonesto que USP e Fuvest cobrem em 75% do seu vestibular o conteúdo C, D + E, apenas acessível a quem tem dinheiro para pagar.

É antiético e injusto não valorizar o conteúdo ministrado na escola pública e elitizar o ensino superior com conteúdos jamais acessíveis aos pobres da rede pública de ensino.

Há uma enorme falta de sensibilidade da USP e da Fuvest ao fechar as portas do ensino ao pobre oriundo da rede pública que não possui o dinheiro necessário para comprar os macetes.

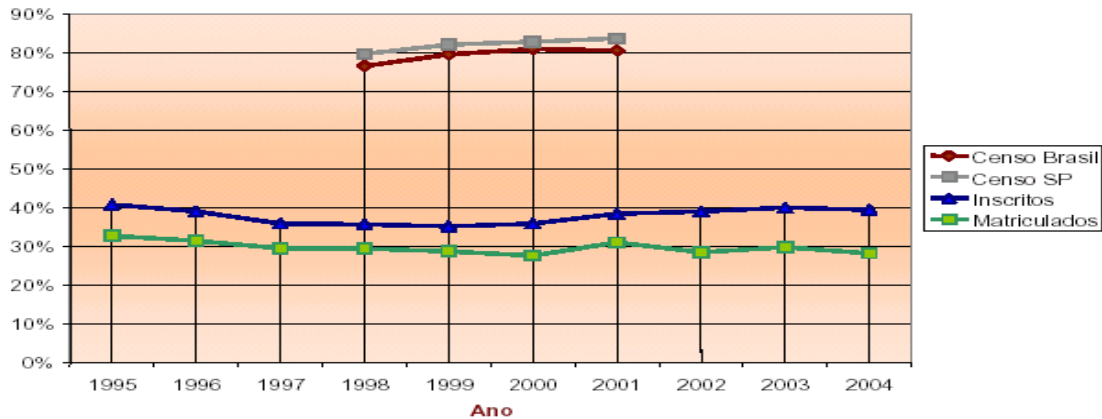
Nos ensina o Mestre Dr. Guido Fernando Silva Soares, **sobre a responsabilidade de uma universidade pública com o ensino médio e com a exclusão social** “As universidades públicas têm a obrigação de intervir no processo de melhoria do ensino médio, de sinalizar para critérios de seleção menos excludentes, de exercer um papel de promoção social junto à sociedade. Não podem ser inacessíveis ao diálogo, elitistas e indiferentes. Os valores práticos universitários de solidariedade e participação devem ser estimulados, desde o acesso à universidade”.

Essa responsabilidade, que deveria derivar exclusivamente da sensibilidade de cada universidade pública, foi incorporada em norma expressa pela LDB, que a exige, no art. 51, nos termos seguintes:

Art. 51: "As instituições de educação superior, credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção dos estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação (conteúdo ministrado) do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos do sistema de ensino". (Opinião, Jornal da USP, 24/02/2003).

É injusto o fato da USP reservar, com a preferência a este tipo de conteúdo, mais de 70% de suas vagas, que são públicas, para estudantes de escolas particulares. Observemos o gráfico:

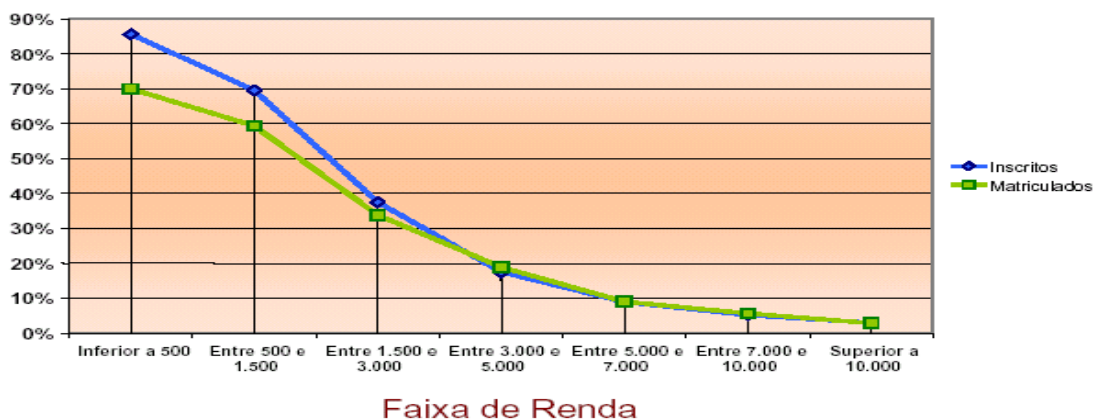
Porcentagem dos alunos que cursaram o ensino médio PÚBLICO



Equipe NAEG
Fonte: Fuvest / MEC / Inep

Verifica-se que dos alunos que cursaram o ensino médio na rede pública, 40% destes possuem a renda familiar entre R\$ 3.000,00 e R\$ 10.000,00, (fonte. NAEG, USP 15/05/2004), constatamos que a maioria destes inscritos, em decorrência do poder econômico tem acesso ao saber ministrado por cursinhos caros, pois quanto menor a renda maior o índice de reprovação. Conforme o gráfico a seguir:

Porcentagem dos alunos que cursaram o ensino médio PÚBLICO por faixa de renda



Equipe NAEG
Fonte: Fuvest / Jupiter

Mais uma vez, percebe-se que o conteúdo programático exigido pela USP e pela FUVEST em seu exame vestibular não é o mesmo que o ministrado na Rede Pública de Ensino. Não podemos “permitir” esta exclusão!

O censo étnico da USP-2003 comprovou que apenas 9,64% de seus universitários eram negros (pretos e pardos), enquanto que 0,48% destes eram indígenas e **89,38%** brancos. Esta desproporcionalidade é gritante, excludente e injusta, tendo em vista a diversidade étnica da população brasileira. Este quadro de exclusão é resultado do modelo de vestibular e da falta de comprometimento dos dirigentes da USP com um Brasil mais justo com todos os seguimentos de Brasileiros. A USP serve, de maneira ostensiva, aos euro-descendentes brasileiros, marginalizando os demais.

Outro resultado constatado é que nos cursos de ponta como Medicina, Engenharias e Direito, dificilmente são aprovados alunos da rede pública de baixa renda.

A prova de que o modelo de vestibular está fora de sintonia com o conteúdo ministrado nas escolas públicas é o cursinho e a Apostila elaborados pela própria USP (Fuvest) e pelo Estado. Seu objetivo foi, experimentalmente, dar reforço educacional para 5 mil alunos da Zona Leste (cursinho Pró-

Universitário) que pretendiam disputar o vestibular da USP. O índice de aprovação não chegou a 1%. Ao elaborar este material, voltado para o seu próprio vestibular, o Estado comprova a sua injustiça com os pobres ao exigir no vestibular uma contrapartida educacional muito superior à oferecida durante todo o ensino médio e cursinho próprio. O fracasso levou o Estado a suspender a experiência.

O atual modelo do Vestibular não mede a capacidade dos candidatos, mas sim acúmulo de conteúdos e fórmulas “comprados” nos cursinhos caros, aos quais só os ricos têm acesso. Este conteúdo despreza as qualidades verdadeiras dos candidatos, principalmente dos pobres e negros da rede pública, tais como, capacidade de solucionar problemas, superar adversidades, driblar as dificuldades e ter garra e força de vontade de chegar ao ensino superior, algo quase impossível no atual sistema da USP e outras Universidades. Estas estruturas injustas provocam a fome e sede de justiça no coração dos pobres e negros.

A mudança no vestibular da USP é necessária para evitar o “desperdício de talentos”. Para exemplificar, a Educafro possui acordo com o Governo de Cuba que cede bolsas para estudantes da rede pública do Brasil para cursarem Medicina na Escola Internacional de Havana. Só de nossa entidade são 31 jovens aprovados, os quais atualmente estão entre os melhores alunos de

suas turmas em Cuba. Porém, esses mesmos jovens foram reprovados por vários anos nos vestibulares da USP, que não se pautam em medir verdadeiramente capacidade e vocação, liderança, espírito comunitário e cidadania de cada vestibulando, conforme observado na referida Universidade de Havana.

O resultado ideal para a população pobre e para a sociedade em geral é que a USP venha a aplicar o **princípio constitucional da isonomia**. Cobrar de cada um conforme o que lhe foi fornecido. Não é ético cobrar no vestibular o que a rede pública não forneceu.

Nunca é demais lembrar o célebre discurso do grande jurista brasileiro Rui Barbosa, para a turma de Direito da USP do largo São Francisco *”O principio da igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles desigualem”*.

No modelo do atual vestibular da USP, se compararmos um candidato pobre, da escola pública, que alcançou 60 pontos e um candidato rico, de escola particular, que alcançou 90 pontos, na mesma prova, com as mesmas questões, sem dúvida podemos dizer que o da rede pública está em nível de igualdade intelectual.

O histórico de vida, as situações do dia a dia, o currículo “extra” invisível dado na convivência familiar, o ensino, os cursinhos particulares oferecidos aos candidatos ricos em

detrimento de todas as dificuldades enfrentadas pela população pobre autorizam o Estado a dar, como ação afirmativa, o tratamento desigual na pontuação do vestibular ou outro método.

Para preencher essa lacuna, seria justo e eficiente estabelecer em 70% a nota de corte dos alunos da rede pública, considerados pobres, que ganham até 1,5 salário mínimo *per capita* e 60% aos candidatos negros e indígenas. Por exemplo, se a nota de corte para direito é de 70 pontos, para o pobre seria de 49 pontos (70% de 70 pontos) e para o negro ou indígena seria de 42 pontos (60% de 70 pontos).

Além disso, a USP e o Estado devem implantar várias outras medidas, entre elas aproximar o conteúdo de seu vestibular ao dado na rede pública e também investir com seriedade para melhorar a qualidade do ensino público.

Por tudo isso, o CEERT e a EDUCAFRO ingressaram com uma ação coletiva perante a Vara da Fazenda Pública de São Paulo para rever os métodos de ingresso de negros e pobres na USP.

O Ministério Público do Estado de São Paulo, ao tomar ciência dos abusos cometidos pela USP, instaurou processo na Promotoria da Cidadania da Capital para apurar as injustiças no exame vestibular.

A USP, em resposta a uma das representações encaminhadas pela Educafro ao ministério Público, prometeu

rever os critérios de avaliação, encaminhando a representação para uma comissão da própria universidade. Depois de muito tempo apresentou à sociedade, como solução, um método de pontuação que, um ano após ser colocado em prática, revelou seu fracasso já apontado pela Educafro quando do seu lançamento.

10 . Conclusão

Não esperávamos presenciar o que está acontecendo de positivo neste período entre 2000 e 2008: o povo negro, quase que “mineiramente”, está ocupando as Universidades públicas do Brasil! Já são mais de 80 Instituições Superiores adotando COTAS! A lei que criou o ProUni definiu cotas para negros/as e indígenas na mesma proporção de sua presença em cada Estado. Com esta última edição do ProUni 2008/9, estimamos em mais de 250.000 os afro-descendentes que foram incluídos nas universidades brasileiras!

O ProUni, defendido pelos pobres e muito criticado pela classe média, proporcionou alegria a esta grande população afro-brasileiros/as! E, por fim, a principal bandeira da luta está se aproximando da vitória: inclusão dos negros/as e pobres nas universidades públicas através da Lei nº 180/2008 que estabelece cotas nas Universidades Públicas! Assim que as cotas nas Universidades Públicas forem implementadas, teremos uma estimativa de mais 120.000 negros/as entrando nas universidades por ano! Estas três vitórias já nos fornecem a grandeza e o potencial deste método de inclusão!

Há muitos anos a comunidade afro-brasileira espera por este momento! A grande maioria dos afros e dos brasileiros em geral não tem consciência do que está ocorrendo.

O negro/a do Brasil está próximo de grandes arrancadas! Entrando em massa nas universidades, vai provocar a diversidade em todos os setores da vida nacional! Esta estratégia será um dia vista pela nação como o início da grande virada! A pressão pela diversidade no mercado de trabalho vai aumentar! Na última reunião da Equipe de Políticas Públicas da Educafro com representantes do Banco Itaú, o mesmo revelou o esforço que tem feito para atender a pressão da comunidade negra por inclusão. Seguem alguns dados apresentados naquela reunião: em 2004 o banco havia contratado 614 afro-descendentes. Em 2005, com o crescimento da consciência, subiu para 1653 afro-descendentes! Há uma mudança concreta de atitude a partir da ação de nossa comunidade negra.

Setores acomodados com uma sociedade excludente, que nunca se interessaram pelo progresso do povo negro, vendo estes avanços, vão se assustar! Será um susto passageiro, pois o/a negro/a brasileiro/a tem um forte espírito integrador. Ele/a não quer revanchismo, só anseia por direitos iguais. Todos ganharemos: negros/as, brancos/as, índio-descendentes, oriental-descendentes, etc. Quem viver, verá e celebrará, por muitos anos, a luta de Zumbi presente em cada um de nós!

11 . Referências bibliográficas

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura**. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirst, Porto Alegre: Novas Perspectivas, 1983.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007)**. (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

_____. O movimento negro no Brasil: A luta pela igualdade com o reconhecimento da diferença. **Saberes Revista do Observatório dos Movimentos Sociais**, UFPE, v. 1, p. 11-28, 2008.

CAVALLERO, Eliane. **Racismo e anti-racismos na educação: repensando a escola**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2001.

DUARTE, Geni Rosa. A Arte na (da) Periferia: Sobre Vivências. In. ANDRADE, Elaine N. de. (org). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Summus, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

GADOTTI, Moacir. PADILLA, P. R. CABEZUDO, Alicia. **Cidade educadora: princípios e experiências**. São Paulo Cortez: Instituto Paulo Freire: Buenos Aires: Ciudades educadoras América Latina, 2004.

GILROY, Paul. **Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Trad. Cid Knipel, São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Sociais Afro-Asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. ‘Raça’, racismo e grupos de cor no Brasil. In. **Conjunto Universitário Candido Mendes. Estudos Afro-Asiáticos**. N° 27, 1995.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª ed., Trad. Patrick Burglin, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org.), Trad. Adelaine La Guardia Resende *et al.*, Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra**. 2. ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

POUTIGNAT, Philippe e FENART-STREIFF, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes, São Paulo: Editora UNESP, 1998.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957].

ROLAND, Edna. "O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas", In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (org.), 237–256, 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia *et al.*,. "Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura". **Educação e Pesquisa**, vol. 29, nº. 1, 125-146, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. vol. 1, 2ª Ed., Porto: Edições Afrontamento, 2002.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 2006a.

SCHUWARCZ, Lilia Moritz, O Espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil: 1870 - 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

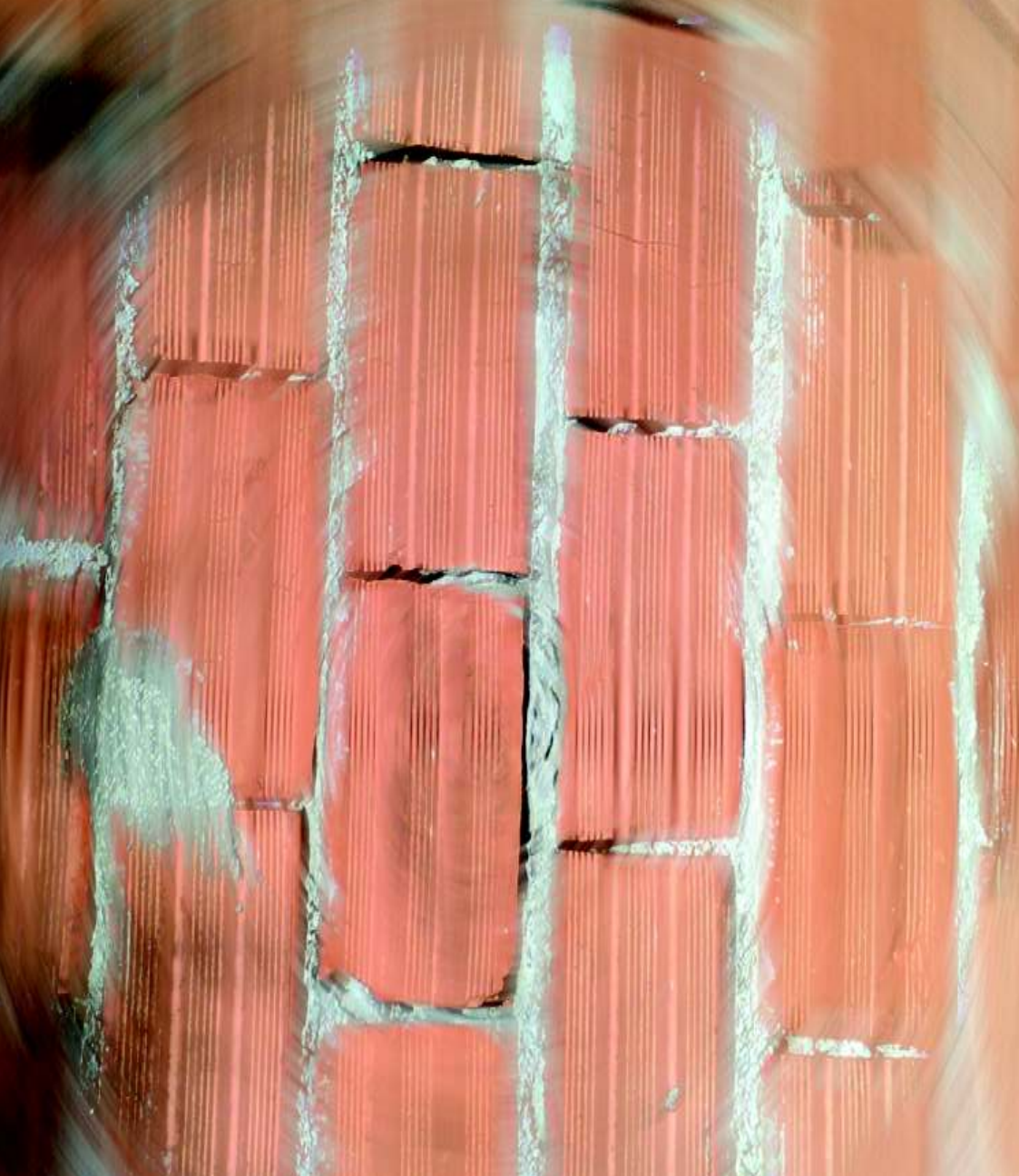
Sites consultados:

www.educacaoonline.pro.br

http://vicentirisi.googlepages.com/Construindo_PPP.ppt

http://vicentirisi.googlepages.com/ProjetoPolíticoPed_Gadotti.pdf

www.educafro.org.br



Parceiros



Secretaria Especial dos
Direitos Humanos - SEDH

